

# DO *CANCIONEIRO DAS DONAS* ÀS *CANTIGAS D'AMIGO* DOS TROVADORES GALEGO-PORTUGUESES

Ria Lemaire  
Université de Poitiers, Poitiers, França

*Resumo:* A maior filóloga portuguesa, da época de transição do século XIX para o XX, foi Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925). Ao compilar e publicar o **Cancioneiro da Ajuda** (1904), um manuscrito medieval de cantigas de amigo masculinas, ela anuncia o “Cancioneiro das donas”, que seria dedicado a uma tradição oral galega, de “autoria” feminina, de obras versadas e musicadas pelas próprias mulheres do mundo rural, como cantigas de dança ou de trabalho. As condições históricas e científicas do seu tempo, no entanto, impediram-na de concluir o projeto, pois, além de acomodarem essas obras sob uma inscrição masculina, tornaram-nas parte de um projeto de Estado Nação que se reflete na historiografia como apagamento. Este artigo acompanha o processo de passagem do **Cancioneiro das Donas** às **Cantigas d’amigo**.

*Palavras-chave:* Cancioneiro; Mulheres; Poesia; História da Literatura.

*Abstract:* During the time of the transition from the XIX to the XX century, the greatest Portuguese philologist was Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925). When compiling and publishing **Cancioneiro da Ajuda** (1904), a medieval manuscript of male *cantigas de amigo*, or “songs” directed to a friend, she announces the “Cancioneiros das donas”, which would be dedicated to a Galician oral tradition, of female “authorship”, comprising musical works written and composed by women from the rural world, such as dance or work songs. However, the historical and scientific conditions of her time stopped her from completing the project, since, apart from accommodating these works under a masculine inscription, they made her part of a nation state project, which is reflected on historiography as erasure. This article follows this process, from **Cancioneiro das Donas** to **Cantigas de amigo**.

*Key-words:* Cancioneiro; Women; Poetry; Literary history.

## Introdução

Se existe uma convicção, graças aos questionamentos pós-modernistas no campo dos estudos de Letras do século XX, é bem a de serem a-científicos os seus fundamentos (ou *epistème*). E ela se baseia na descoberta de que existe – e talvez tenha existido desde sempre – uma relação inextricável entre política, poder, conhecimento (em geral), ciência (em particular) e, nesse viés, uma vontade das elites políticas/intelectuais de imporem esses produtos históricos/historicamente fugazes das suas lutas pelo poder como verdades universais cientificamente validadas.

Essa consciência de que os discursos científicos e os estudos de Letras, no decorrer dos séculos XIX e XX, nascem, são propagados e impostos, evoluem – e tornam-se, hoje em dia, obsoletos – foi e continua sendo fundamental para os estudos de mulher e de gênero. Ela permitiu utilizar outras lentes para poder enxergar os estudos das Humanidades – e a mentalidade dos intelectuais que as ensinavam – como instrumentos e partes integrantes das “políticas do espírito” dos Estados-Nação nas fases da sua ascensão, imposição, consagração e... crise atual.

O olhar “historicizante” da “arqueologia do saber” que Michel Foucault (2007) elaborou metodológica e teoricamente, aplicado ao campo das Letras, revelou como, no decorrer dos séculos, as vozes e os textos literários e outros, de mulheres, foram sistematicamente ignorados ou, como só a Língua Inglesa permite formular: “*written out of history*”. A arqueologia do saber permite inventariar e analisar os motivos, as estratégias e as formas da exclusão, seja ela direta, pela simples exclusão do cânone, seja ela mais complexa já, pela atribuição dos textos a autores masculinos, ou radicalmente perversa pela mutilação e desterritorialização conscientes dos próprios textos femininos, ao transformar as suas mensagens rebeldes, não convencionais, inéditas em representações mais adequadas aos modelos e códigos burgueses do século XX.

Já no século passado, o eminente medievalista J. D.W. Robertson (1980) denunciou essas práticas político-científicas como fundadoras do discurso historiográfico das literaturas nacionais desde o seu primeiro capítulo, o da literatura medieval. Robertson chegou à tese de que a historiografia do seu grande ícone – a poesia cortês de *fin'amors* como primeiro ideal e poesia de amor do mundo ocidental – deveria ser considerada e estudada não como a verdade histórica sobre esse novo ideal de amor, mas como um capítulo da história da “ciência” da Literatura do século vinte e das suas elucubrações a partir de pressupostos falsos e preconceituosos.

A história de um aspecto específico da vida e obra científica de Carolina Michaëlis de Vasconcelos ou do seu interesse por aquele capítulo, dissimulado cientificamente e bem anterior ao do ideal masculino do amor cortês – o da canção de mulher –, permite ilustrar a tese de Robertson e abrir uma brecha para novas abordagens de uma época crucial para a compreensão da função e dos funcionamentos da historiografia da Literatura medieval, em particular e das historiografias das literaturas nacionais em geral<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Esse texto é uma pré-publicação da primeira parte do pós-fácio de um catálogo intitulado **O Livro Delas** (no prelo). Nele, a Profa. Dra. Fanka Pereira dos Santos (UFCariri), professora universitária e poeta de cordel, reúne as obras de umas 300 mulheres-autoras da literatura de cordel, uma Literatura que, até hoje em dia, no discurso acadêmico oficial, é qualificada como

## 1. Um cancioneiro medieval das mulheres

Foi Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925), a maior filóloga portuguesa da época da transição do século XIX para o século XX, quem deu o título de “livro” ou de “cancioneiro das donas” à edição crítica das cantigas de amigo galego-portuguesas medievais. No prefácio da edição crítica do **Cancioneiro da Ajuda** (VASCONCELOS, 1904), um manuscrito medieval de cantigas de amor – cantigas de homens somente –, ela já anuncia a publicação dessa contraparte da voz masculina medieval, com as seguintes palavras: “no *Cancioneiro das Donas*, que conto publicar, há um estilo popular, cheio de graça despretensiosa, que encanta” (VASCONCELOS, 1904, p. X).

Quem for estudar os dois grandes volumes dedicados à edição crítica da cantiga masculina, dita “de amor”, constata um fato surpreendente: a autora já redigiu também toda a parte teórica e epistemológica para a futura publicação da edição crítica da cantiga feminina, dita “de amigo”. O volume II, que contém os próprios textos das cantigas de amor, é preparado em um primeiro volume com o subtítulo *Introdução*, dedicado ao estudo filológico e histórico da cantiga de amor. Curiosamente, esse volume contém dois longos capítulos (que se estendem das páginas 769 até 940) dedicados à canção de mulher na Península Ibérica! Nesses dois capítulos, a autora expõe todos os dados, argumentos e provas que ela conseguiu reunir na época em torno da existência, na Península Ibérica, de uma riquíssima tradição secular de poesia cantada feminina, composta pelas próprias mulheres e bem diferente da poesia masculina da época, como um grande erudito galego, Martín Sarmiento, já tinha observado no século XVIII:

Además de esto he observado que en Galicia las mujeres no solo son Poetisas sino también Músicas. [...] En la mayor parte de las coplas Gallegas hablan las mujeres con los hombres, y es porque ellas son las que componen las coplas, sin artificio alguno; y ellas mismas inventan los tonos óayres a que las han de cantar (SARMIENTO, 1775, p. 238).

Os dois capítulos oferecem uma descrição pormenorizada das características da canção de mulher galego-portuguesa, elaborando o quadro teórico e epistemológico para a futura publicação das quinhentas cantigas de amigo medievais que seriam apresentadas como o ramo ibérico da canção de mulher indo-europeia e produto característico do mundo cultural das

---

“exclusivamente masculina e machista”.

mulheres medievais. Dentro delas, existe um *corpus* bem peculiar de cem cantigas de amigo paralelísticas, dialogadas, improvisadas, que se destacam por seu “estilo popular, cheio de graça despretensiosa, que encanta” (VASCONCELOS, 1904, p. X). Já as quatrocentas cantigas monologadas do *corpus* são mais monótonas e pretensiosas, mais parecidas com as cantigas de amor masculinas.

Já podemos imaginar o que seria a tese do **Livro das Donas** que Dona Carolina nunca publicou: essas cantigas de amigo, presentes nos cancioneiros medievais, são originalmente cantigas de uma tradição oral de “autoria” feminina, no sentido em que elas foram versadas e musicadas pelas próprias mulheres do mundo rural como cantigas de dança ou de trabalho. Transcritas nos cancioneiros medievais da nobreza e corte, elas foram atribuídas aos trovadores da época. Essas atribuições tardias<sup>2</sup> foram utilizadas, pelos literatos dos séculos XIX e XX, como provas de autoria individual e masculina, no sentido moderno da palavra. Esse erro epistemológico – *scriptocêntrico* – inicial obrigava os eruditos a inventar um novo quadro interpretativo para essas cantigas: tratar-se-iam de poesias escritas pelos trovadores, poetas masculinos nobres, que, com uma sensibilidade e intuição geniais da alma feminina rural, as teriam posto na boca das mulheres. A graça e o encanto, que tanto admirava Dona Carolina nas vozes das mulheres cantadoras, transformaram-se, no papel da historiografia acadêmica do século XX, em tristeza e infelicidade de mulheres tristes, choronas, sempre à espera, passivamente, de namorados ausentes. Difícil imaginar tese mais ridícula, mas a triste verdade é que, não só na época de Dona Carolina, mas também hoje em dia, o ensino nas faculdades de Letras e, por conseguinte, nas escolas secundárias, divulga esse preconceito cegamente positivista, *scripto* e *androcêntrico*.

Os dois capítulos dedicados à poesia “feminil” são magistrais, aliando à beleza da escrita uma erudição imensa e uma argumentação ao mesmo tempo convincente e sedutora; trata-se de um daqueles apogeus da tradição historicizante da filologia alemã do século XIX, cuja elegância e erudição poucos intelectuais do século XX saberão igualar. Isso foi em 1904; o quadro teórico e epistemológico do **Livro das Donas** estava esboçado, faltava apenas o trabalho propriamente filológico sobre os manuscritos, o que também não daria muitos problemas, além dos já resolvidos para a edição crítica das cantigas de amor. Dona Carolina faleceu vinte anos mais tarde, em 1925, tendo publicado muito no decorrer dos anos. Porém, nesses vinte anos, ela

---

<sup>2</sup> “Tardio” no sentido em que os manuscritos medievais conservados são cópias de cópias de cópias de manuscritos mais antigos perdidos; por isso, as atribuições de autoria (como, aliás, a autenticidade dos próprios textos) são duvidosas.

nunca terminou o projeto do **Livro das Donas**, fato que deixa o estudioso de hoje perplexo e com vontade de indagar mais as causas ou circunstâncias do inacabamento do projeto<sup>3</sup>.

## 2. Contextos político-científicos

### 2.1. Século XIX: romantismo e tradição alemã

A Europa do século XIX foi marcada por um intensivo e violento processo (1789-1870) de submissão política e unificação dos milhares de pequenas “nações” da velha Europa em Estados-Nação, acabado por volta de 1870, com a fundação dos Estados-Nação da Alemanha e da Itália. Essa construção política teve como suporte ideológico, na Europa toda, um intenso e multifacetado trabalho intelectual: o da construção cultural, literária e científica dos Estados-Nação políticos recém-nascidos e da legitimação científica da existência deles por meio da invenção e imposição de uma língua, uma história e uma Literatura nacional.

Essas bases, na realidade inexistentes, terão de ser as mais antigas possíveis para terem a maior autoridade/legitimidade possível. Os eruditos procurarão as suas origens nas tradições orais e culturais dos povos das pequenas nações que constituíam a Europa até o século XIX. Na sua imensa variedade e riqueza, elas serão proclamadas expressões da alma original, pura e autêntica da Nação e qualificadas como primitivas, arcaicas e em vias de extinção. Desde a sua apologia pelo filósofo alemão Herder (1744-1803), essa *Naturpoesie*, poesia oral da natureza, da emoção autêntica, será oposta à *Kulturpoesie* moderna, escrita, racional, artificial e complexa. A segunda fonte vai ser a Idade-Média, que é a época, na história da Europa, da transição lenta e progressiva das culturas da oralidade para a da escrita.

A formação política dos Estados-Nação acompanhava-se de um processo paralelo de formação cultural e intelectual da sua identidade nacional, baseada na glorificação do passado da Nação. Salvaguardados na imensa variedade de passados locais e regionais, tanto nas suas tradições orais e materiais quanto nos primeiros registros escritos consignados nos manuscritos medievais, esses passados múltiplos e heterogêneos vão ser utilizados para a invenção, construção e promoção de um passado único, de uma identidade cultural única, nacional e nacionalista. E nasce, a partir da

---

<sup>3</sup> Sobre o tema, consultar LEMAIRE, Ria, “Porque será que Carolina Michaëlis de Vasconcelos nunca fez o seu *Livro das Donas*?”. In: *Actas do 3º Congresso Internacional de Estudos Medievais da ABREM*, UERJ. Rio de Janeiro: Ed. Agora da Ilha, 2001, p. 88-99.

teoria herderiana da *Naturpoesie* dos povos, um discurso científico que, até hoje em dia, se repete parcial ou completamente nas publicações acadêmicas com os seguintes pressupostos: essa “poesia da natureza” é expressão da alma pura, autêntica do povo, espontânea e ingênua, anônima, coletiva, analfabeta e inculta, um artefato sem evolução nem futuro, uma tradição em vias de extinção a ser recolhida e salvaguardada com urgência.

Compensados simbolicamente por meio da reabilitação, glorificação e recolha das suas múltiplas tradições orais e culturas locais, tão desprezadas e perseguidas pelas elites nos séculos anteriores<sup>4</sup>, os povos das pequenas nações renunciarão às suas línguas, à sua história local e regional, às suas tradições “literárias” orais, – tão incultas e em vias de extinção – a favor de um bem superior e supremo: a sua identidade nacional, baseada em uma língua, história e Literatura escritas, cultas e nacionais.

Para cumprir essa tarefa e missão gigantescas, os intelectuais do mundo europeu precisavam de uma renovação completa das práticas e teorias científicas estreitamente racionais e elitistas do século XVIII, elaboradas e divulgadas sob a liderança dos eruditos franceses. Essa revolução veio da Alemanha, berço do movimento do Romantismo, e de um novo tipo de ciência das Letras, radicalmente inovadora e mais adaptada às necessidades políticas da época. Contrariamente ao século XVIII, o “século das Luzes e do Progresso”, de cunho francês, o século XIX será do pensamento alemão, daquela busca incansável das origens, da reconstrução do Passado, do Historicismo científico, cujos pressupostos, teorias e práticas historicizantes serão elaborados por grandes eruditos, tais como Herder, Wolf, Grimm, Lachmann e outros.

As teorias da escola romântica alemã propagaram-se rapidamente na Europa toda, e os eruditos alemães foram os modelos dos intelectuais europeus do século XIX que buscaram, a serviço do Estado-Nação, as suas origens longínquas, a sua evolução e consequente legitimação baseada nessa antiguidade. Pesquisa de campo, história oral, interdisciplinaridade, comparatismo, internacionalismo e uma imensa erudição sustentaram essa busca incansável das origens nas tradições orais dos povos das pequenas nações, bem antes dos primeiros textos escritos salvaguardados nos manuscritos medievais.

Todo esse percurso propõe a compreensão dos motivos pelos quais os estudos da Idade Média ocupam um lugar de destaque neste Historicismo. Filólogos, historiadores, etnólogos/folcloristas, medievalistas, todos apaixonaram-se pelos manuscritos medievais, brotados de um passado

---

<sup>4</sup> Ver Nathalie Zemon Davis (1975).

oral cuja voz física calou-se para sempre. O medievalista francês Gaston Paris, contemporâneo de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, confirma explicitamente os laços entre a política do século XIX e essa nova ciência das Letras em um estudo publicado em 1903, ao constatar que os alemães:

[...] ont appuyé en partie la régénération de leur nationalité sur leur ancienne poésie. Jacob Grimm n'est passeulement le plus grand philologue de l'Allemagne dans ce domaine: il sera toujours cité comme un des véritables fondateurs de la nationalité allemande moderne (PARIS, 1903, p. 94)<sup>5</sup>.

Os princípios que governaram os estudos de Literatura medieval da escola da Filologia germânica foram baseados em pressupostos explicitados continuamente pelos pesquisadores: a continuidade histórica da oralidade e da escrita e a perpetuação da tradição oral sob duas formas – com a poesia manuscrita medieval de um lado e, de outro lado, com as tradições orais dos povos das pequenas nações, como confirmaram as recolhas e pesquisas de campo no século XIX e XX; uma criação de base coletiva: com textos que, por serem tão antigos, são anônimos e, por terem sido orais e transmitidos oralmente, têm uma base comum – a memória e tradição de uma comunidade social e cultural (Herder, Wolf, Grimm). Esses não são simplesmente produtos do ato individual, criador de um poeta-autor individual como são os textos do mundo da escrita: a edição crítica de textos antigos tem que respeitar essa realidade histórica ao levar em conta todos os textos orais recolhidos, todas as suas variantes e todos os manuscritos disponíveis. A edição crítica desses textos múltiplos mostra a gênese complexa dos textos (Lachmann).

Essa prática científica é considerada, até hoje, a mais nobre e mais “científica” no campo dos estudos de Literatura medieval, apesar de ela ter desviado para outros objetivos: a seleção de variantes boas e “erradas” e o estabelecimento do melhor texto “original”. O estudo das variantes tornou-se política científica, sendo que a marginalização da imensa variedade local e regional que revelam os manuscritos permitiu impor um só texto escrito, superior e nacional.

---

<sup>5</sup> Tradução nossa: “os alemães assentaram parcialmente a regeneração da sua nacionalidade na sua antiga poesia. Jacob Grimm não é somente o maior filólogo da Alemanha: ele será sempre referido como um dos verdadeiros fundadores da nacionalidade alemã moderna”.

## 2.2. Século XX: Positivismo e tradição francesa

Quando, em 1904, Carolina Michaëlis de Vasconcelos publicou o seu **Cancioneiro da Ajuda** anunciou a publicação do seu **Cancioneiro das Donas**, o mundo dos estudos de Letras estava entrando em uma fase de efervescência inédita.

A Europa do século XIX, marcada pelo intensivo processo da formação dos seus Estados-Nação (1789-1870), havia entrado em uma nova fase política – a da necessidade de consolidação interna e externa do poder nacional e nacionalista contra duas forças que constituíam uma ameaça e um fator de inquietação permanente. De um lado, havia surgido um novo inimigo, a saber: o movimento operário, socialista e comunista, organizado internacionalmente. De outro lado, erguia-se o inimigo interno de sempre: a rebelião e resistência dos povos das pequenas nações da Europa tradicional, submetidos com força e violência à lei do Estado-Nação. As suas línguas e culturas, depois de terem fornecido os materiais para a formação da identidade nacional, poderiam e deveriam, na visão da burguesia, morrer definitivamente. Os povos das nações necessitavam esquecer-se, o mais depressa possível, das suas origens locais e regionais. Nasceu o desprezo, o ódio e a rejeição das culturas populares e dos trabalhos e estudos dos folcloristas, que foram excluídos dos estudos universitários de Letras; surgiu a obrigação da cultura escrita, única, superior, imposta pela alta burguesia por intermédio do ensino formal.

Chegou a hora de fundar, nas universidades, os departamentos de Letras, a fim de formar os professores do ensino secundário, encarregados dessa missão. O currículo desses departamentos comportaria três vertentes: o ensino da Língua nacional, o da História dessa Língua e o da História da Literatura nacional. Novamente, a Europa estava precisando de uma nova ciência, diferente e capaz de acompanhar, reforçar e legitimar a nova fase da evolução política dos Estados-Nações; urgia a formação de “bons” cidadãos, respeitosos da ordem estabelecida pelo Estado-Nação e deslembados das suas verdadeiras origens.

A “revolução” foi anti-germânica e anti-romântica; veio da França que nunca se resignou completamente à perda da sua posição de destaque e liderança intelectual do século XVIII. Seria dado ao movimento o nome de *Réalisme*, o que sugere um regresso ao bom-senso e ao bom-gosto, uma correção dos “exageros” e “idealizações” inerentes ao Romantismo e à Filologia germânica pela restauração dos princípios clássicos, racionais, da “boa” ciência francesa do século XVIII. As suas armas preferidas foram



a ironia e o sarcasmo, a ridicularização da tradição alemã e o desprezo por seus eruditos-filólogos, com o objetivo de retomar, *mutatis mutandis*, os princípios, práticas e teorias da tradição de estudos literários franceses setecentistas.

Nas Faculdades de Letras, o ensino dessa Literatura nacional foi organizado de uma maneira bem peculiar, longe dos eventos e momentos históricos, sociais, políticos e culturais que viram nascer as obras e os autores. Eles foram classificados e ensinados, ao silenciar a sua verdadeira história, segundo um princípio histórico, cronológico, artificial e abstrato, que não tinha muito a ver com a sua gênese individual: em séculos. Depois do curso de Literatura da Idade Média, os estudantes tiveram os cursos de Literatura do século XVI, Literatura do século XVII, Literatura do século XVIII e assim por diante. Durante muito tempo, e até os anos setenta do século XX, não havia curso de Literatura contemporânea; era proibido aos estudantes fazerem os seus trabalhos de final de curso ou de dissertação sobre autores vivos. Criou-se e impôs-se, assim, o maior distanciamento possível em relação ao contexto político, social e humano das obras, tanto as do passado quanto as da contemporaneidade, e construiu-se um cânone de grandes obras nacionais, apresentadas como “universais”, escritas por grandes “heróis” individuais: uma genealogia inventada de autores (FOUCAULT, 1969) geniais, quase todos homens, brancos, membros das elites da nação. A voz das mulheres, poetisas, compositoras e cantadoras, tão presente nas recolhas e nos estudos dos folcloristas do século XIX, foi silenciada pelo novo discurso científico que se instalou nas universidades do início do século XX.

Ficção e estética foram os dois critérios que possibilitaram definir as obras desse cânone. São esses conceitos que permitiram criar mais distância ainda em relação aos contextos sociais, políticos e culturais que as viram nascer. O momento culminante de pesquisa e ensino acadêmicos foi o juízo de valor que coube, explicitamente, por meio do próprio ensino, e, implicitamente, por intermédio de um sistema de provas e exames, aos detentores do poder acadêmico: professores titulares e catedráticos. Assim, toda forma de controle externo do conhecimento, qualquer tentativa de inquérito sobre a sua verdade, toda e qualquer verificação baseada em uma observação externa, em um confronto com a realidade ou com os fatos históricos, estariam excluídas de antemão, tanto pela definição do fenômeno literário como ficção quanto pelos pressupostos universalizantes da sua historiografia.

Nos estudos de Letras, a figura emblemática do novo movimento foi o medievalista Joseph Bédier (1864-1938)<sup>6</sup>. Dentro da nova visão anti-romântica e neo-positivista, ele publicou, entre 1908 e 1913, um estudo em quatro volumes que desconstrói radicalmente o discurso oitocentista sobre as origens longínquas e historicamente retraçáveis da poesia épica medieval. A sua divisa cegamente positivista foi bem resumida no primeiro volume do estudo cujo impacto iria, em dez anos, mudar radicalmente os estudos de Letras nas universidades europeias: “Un chef d’oeuvre commence à son auteur et finit par lui” (BÉDIER, 1908, p. 222); quer dizer: uma obra-prima começa com o seu autor e acaba com ele.

Hans Aarsleff, no seu estudo sobre a atuação de Bédier, mostra que a rejeição da tradição científica romântica foi imediata e radical. Ele encontrou, entre 1907 e 1916, nas revistas de Letras europeias, em torno de sessenta resenhas, da mão dos mais preeminentes pesquisadores da época, todos extremamente entusiasmados com as novas teorias de Bédier, que lhes trouxeram os instrumentos para a elaboração de uma nova historiografia do fenômeno literário e que o transformava em um fenômeno nacional e estreitamente literário. Uma historiografia que lhes permitiu, como comenta Aarsleff (1985, p. 108): “making the old poems the artistic creations of individual French poets” e inventar uma genealogia literária que metamorfoseou os velhos poemas de outrora (muitas vezes anônimos) “em criações artísticas de poetas individuais franceses” (AARSLEFF, 1985, p. 108).

Foi o que permitiu instaurar, nos departamentos de Letras recém-fundados, um ensino que era uma autêntica “política do espírito”, que o grande escritor Paul Valéry, nos anos vinte do século XX, preconizaria como sendo o “bem supremo” da Nação<sup>7</sup>.

Contra o que trouxe a ciência do século XIX (comparatismo, internacionalismo, pesquisa de campo, historicismo e uma imensa erudição), o século XX foi o século do positivismo, do formalismo, do estruturalismo, de *scripto*-, *andro*- e eurocentrismos, fundados e legitimados pelo pressuposto da superioridade e universalidade da ciência e da civilização burguesas. O seu elitismo e intolerância exacerbados caracterizaram-se também pelo

---

<sup>6</sup> Existe um excelente estudo sobre a atuação de Bédier, a introdução, na França, e a generalização europeia do movimento “realista” que é na verdade uma forma rígida de positivismo. Ver: Hans Aarsleff (1985, p. 93-113).

<sup>7</sup> O termo *politique de l’esprit* foi introduzido por Paul Valéry, nos anos vinte do século passado, para pensar o funcionamento e a função do intelectual europeu contemporâneo. Naquela altura e bem dentro do espírito da época, o termo possuía um sentido positivo, conforme Paul Valéry (1957). Para uma revisão crítica dos seus pressupostos eurocêtricos, ver Wolf Lepenies (2007).

desprezo às tradições orais e populares e aos seus estudiosos, os folcloristas. Tão glorificadas no século XIX como puras, simples, autênticas, no novo discurso as tradições orais serão declaradas superstições grosseiras, incultas, crédulas, atrasadas e indignas de serem estudadas na academia. Essa nova “ordem do discurso” acadêmico, no sentido em que Michel Foucault (2007) utiliza o termo, propagará a rejeição e a exclusão dos depositários das línguas e culturas locais e regionais; lhes negará toda e qualquer capacidade crítica e criadora.

Podemos constatar que os estudos de Letras, tais como foram criados no final do século XIX e no início do século XX na Europa, estão, até as suas mais profundas raízes, imbricados na política nacionalista das elites europeias, tanto como “política do espírito” quanto por meio de ódios e paixões políticas factuais que existiam entre as duas maiores nações da Europa, a França e a Alemanha. Essas paixões estão refletidas nos posicionamentos, nas teorias, nas práticas e nas rivalidades nacionalistas dos intelectuais e acadêmicos e, por intermédio deles, no ensino, nos professores e nos alunos. Essa “política do espírito”, nesse sentido, contribuiu para criar na Europa a mente e a mentalidade, o imaginário e o “amor” da pátria que provocariam duas guerras mundiais.

### 3. Um canto de cisne

Carolina Michaëlis era alemã, formada em filologia na Alemanha do século XIX, antes de casar-se com Joaquim de Vasconcelos, o primeiro historiador de arte de Portugal, e tornar-se portuguesa. Trouxe para Portugal a sua formação e imensa erudição dentro da tradição científica romântica alemã, a da busca das origens, do amor da pátria e das tradições do povo, tanto as alemãs quanto as de seu país de adoção: Portugal.

O final do século XIX foi a época das grandes sínteses dos estudos de recolhas dos folcloristas; publicam-se muitos estudos – ou capítulos de estudos – dedicados ao papel e à contribuição da mulher. Nessa linha de pesquisa e pensamento, na melhor tradição da erudição alemã e da Filologia historicista, a ideia da contribuição da mulher para a civilização europeia não encontrava a rejeição odiosa e cega que será a da ciência académica e dos estudos de Letras desde os inícios do século XX até uma época recente.

Para quem preparava a edição crítica das cantigas de amor masculinas, automaticamente e dentro dos pressupostos dos estudos filológicos e de folclore do século XIX, se apresentaria a questão da voz da mulher. Dentro

da concepção historicista da época, o mundo indo-europeu tradicional comportava dois mundos culturais diferentes – o dos homens e o das mulheres – cada um com as suas tradições poéticas específicas, relacionadas com a divisão do trabalho econômico entre os sexos<sup>8</sup>. Dona Carolina faria, em Portugal, o que já estava feito em outros países europeus: procurar e publicar vestígios das duas tradições poéticas, como sendo duas tradições ao mesmo tempo paralelas e diferentes. Assim, ao preparar a edição crítica da canção masculina, ela já reuniu também os materiais para redigir os dois magníficos capítulos que trazem inúmeras provas da existência da tradição indo-europeia da canção de mulher no mundo galego-português e, implicitamente, da mulher-autora das poesias, com voz feminina, nos manuscritos medievais.

Porém, quando dona Carolina terminou, em 1904, o “livro deles”, já tinha chegado o momento da grande virada. A tradição da filologia alemã, de repente, tornou-se obsoleta, suspeita e ridícula, e investiu-se a favor de uma nova forma de historiografia literária cegamente positivista, que transformaria em Portugal, como apontou Aarsleff, no caso da Literatura Francesa, as antiquíssimas cantigas das mulheres rurais, na maioria galegas, em criações individuais de poetas masculinos, nobres e portugueses. O que o amor da pátria exigia agora – cientificamente – de Dona Carolina eram três viradas: a *viricêntrica*, a *scriptocêntrica* e a *nacionalista*.

Em termos gerais, essa virada implicava um conjunto de ações: definir como Autores os poetas aos quais as cantigas de mulher estavam atribuídas nos cancioneiros tardios; inventar a sua biografia individual como *homens-poetas*; descrevê-los como escritores no sentido novecentista do termo, a saber, como poetas, criadores individuais e geniais que *escreveram* essas cantigas; sublinhar mais a sua *nacionalidade* portuguesa (de Portugal), o que criaria muitos problemas, sendo que a maioria das provas reunidas nos dois capítulos escrito por Dona Carolina têm origem galega, região que pertence a outro Estado-Nação.

Assim, a pátria amada não precisava mais da verdade sobre a Literatura medieval, nem de provas da posição importante desempenhada nela pela mulher como poetisa-compositora; precisava de um discurso que estabelecesse como universais os deveres, direitos e papéis que homens ativos e mulheres passivas e obedientes deviam desempenhar como cidadãos do Estado-Nação.

---

<sup>8</sup> Ver Imre Katona (1979, p. 377-383) e Ria Lemaire (1994, p. 58-72).

Quem cumpriria a nova missão seria um aluno de Dona Carolina, José Joaquim Nunes<sup>9</sup>. No “Antelóquio” da edição crítica de **Cantigas d’amigo dos trovadores galego-portugueses**, vol.1, de 1928, edição dedicada “à veneranda memória de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos”, Nunes (1928) destaca o seguinte:

O conhecimento profundo que possuía da nossa língua e literatura antiga, a agudeza de vista que lhe permitia decifrar grafias de todo ininteligíveis para outros, a par de vasta erudição, aliada a uma crítica segura e ponderada, habilitavam-na mais que ninguém a dar-nos uma edição, completa e perfeita, do *Livro das Donas* ou *Livro femenil*, como ela chamava à colecção das cantigas que trago a lume e na qual realmente pensara; infelizmente a morte impediu-a de por em prática este como outros intentos (NUNES, I, p. X).

O título que deu Nunes (1928) – consciente e deliberadamente, como se vê pelas palavras dedicadas à sua mestra – à edição crítica das cantigas de amigo revela o novo espírito dos estudos académicos. Apesar de, no volume *Introdução* da edição crítica do **Cancioneiro da Ajuda**, Carolina Michaëlis de Vasconcelos ter demonstrado que, dos 26 poetas aos quais estão atribuídas cantigas de amigo paralelísticas, a maioria era jograis, o título de Nunes atribui às cantigas exclusivamente aos trovadores. No discurso da época, o termo significa: escritor/autor masculino, da classe da nobreza, dos quais Nunes inventará e construirá as biografias, consignadas em quase 200 páginas de “notas autobiográficas e biográficas” do Volume I da edição crítica.

Entre os dois títulos da edição crítica das cantigas de amigo, do **Livro das Donas** às **Cantigas de amigo dos trovadores galego-portugueses**, situa-se a virada epistemológica que ocorreu nos estudos de Letras dos inícios do século XX. Foi em 1928 que a edição crítica das cantigas de amigo instalou o discurso historiográfico positivista da época; mas, baseado em dois pressupostos errados, o de que nome de poeta em um manuscrito da Idade Média equivale a um nome de autor e prova de autoria, e o de que a historiografia dos textos medievais pode e deve começar com esses nomes de “autores”. Esses pressupostos errados vão marcar e monopolizar por quase cem anos as pesquisas e o ensino das cantigas de amigo.

Em 2003, uma nova edição crítica das 500 cantigas de amigo, na **Coleção Obras Clássicas da Literatura Portuguesa**, pela editora Campo das Letras do Porto, cumpriu, enfim, a missão da historiografia nacionalista que

---

<sup>9</sup> José Joaquim Nunes (1926;1928).

Nunes, na edição das cantigas “galego-portuguesas”, cumpriu parcialmente. Com lista alfabética dos autores aos quais foram atribuídos os textos, sem indicação da sua nacionalidade nem alusão ao fato de que a maioria desses textos eram jograis e não de autoria de trovadores, apaga-se a questão sempre delicada das verdadeiras origens das cantigas. Em 2017, a apresentação da edição de luxo das sete cantigas paralelísticas do pergaminho Vindel, na série “A Arte da Perfeição” da editora catalã Moleiro, transformou essas cantigas e o seu “estilo popular, cheio de graça despretenhosa que encanta” em “exemplo único para a cultura literária dos trovadores”, apresenta o seu suposto autor, o jogral Martim Codax, em “trovador galego” e altera as sete canções dialogadas de mulheres sexualmente ativas, que vieram a Vigo para se encontrar com o namorado, em “sete canções postas na boca de uma jovem mulher que está à espera do amante ausente”.

Da história da vida e obra científica de Carolina Michaëlis de Vasconcelos até o catálogo da professora Fanka Santos, professora universitária, poeta e autora de cordel, manifesta-se, cada vez e de novo, a força do discurso oficial, positivista e hegemônico que, até hoje em dia, nenhum debate pós-moderno, nenhum estudo comparativo, nem a presença de provas vivas e convincentes conseguiram abalar.

## Referências

AARSLEFF, Hans. Scholarship and Ideology: Joseph Bédier's Critique of Romantic Medievalism. In: MCGANN, Jérôme J. **Historical Studies and Literary Criticism**. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1985. p. 00-00.

BÉDIER, Joseph. **Les légendes épiques: recherches sur la formation des chansons de geste**. Paris, Champion, 1908-1913.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. What is an Author? **Bulletin de la Société française de Philosophie**, n. 63, III, 1969.

\_\_\_\_\_. **O que é um autor?** Trad. António Cascais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Vega, 2000.

KATONA, Imre. Reminiscencies of Primitive Divisions of Labor between Sexes and Age Groups in the Peasant Folklore of Modern Times. In: DIAMOND, S. (Ed.). **Towards a Marxist Anthropology**. Mouton: The Hague, 1979. p. 00-00.

LEMAIRE, Ria. Repensando a história literária. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e Impasses**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 00-00.

LEPENIES, Wolf. **Qu'est-ce qu'un intellectuel européen?** Les intellectuels et la politique de l'esprit dans l'histoire européenne. Paris: Seuil, 2007.

MICHAËLIS DE VASCONCELOS, Carolina. **Cancioneiro da Ajuda**. v. 2. Halle: Niemeyer, 1904.

NUNES, José Joaquim. **Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses**. v. 3. Crítica, 1926-1928.

PARIS, Gaston. **Legendes du Moyen Âge**. Paris: Hachette et cie, 1903.

ROBERTSON, Durant Waite Jr. **Essais in Medieval Culture**. Princeton University Press, 1980.

SARMIENTO, Martín. **Memórias para la historia de la poesía y poetas españoles**. Madrid: Benedictino, 1775.

VALÉRY, Paul. La politique de l'esprit. Notre souverain bien. In: \_\_\_\_\_. **Oeuvres**. v. 1. Paris: Gallimard/Pléiade, 1957. p. 00-00.

ZEMON DAVIS, Nathalie. **Society and Culture in Early Modern France**. Stanford: Stanford University Press, 1975.

\_\_\_\_\_. **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Ria Lemaire <ria.lemaire@mshs.univ-poitiers.fr>

Recebido: 30/05/2017

Aceito: 26/07/2017